

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: *discutindo o lugar*

Ms. Edenilo Baltazar Barreira Filho
PRODEMA-UFC

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal
geograf@ufc.br

RESUMO

Partindo do pressuposto de que os modelos de desenvolvimento capitalista e socialista não buscam, na essência, a sustentabilidade ambiental, o presente artigo empreende análise evidenciadora do lugar, associado à idéia de desenvolvimento local, como basilar na discussão sobre gestão e desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Sustentabilidade ambiental, modelos de desenvolvimento, lugar.

ABSTRACT

Based on the assumption that, in essence, capitalist and socialist development models do not seek environmental sustainability, this papers has sought to perform an analysis displaying the site associated with the notion of local development based on the discussion of sustainable management and development.

Key words: environmental sustainability, development models, site.

Introdução

Os modos de produção adotados pelo homem moderno não foram capazes de proporcionar um convívio equilibrado e uma interação saudável sociedade/natureza.

A percepção que a sociedade humana sempre teve e ainda traz consigo da natureza é uma visão antropocentrista e de dominação, onde ela reina e comanda sobre tudo e todos. Contudo o modo de produção capitalista, fundamentado na exploração do trabalhador e da natureza, não se apresenta como o modelo de desenvolvimento que busque a sustentabilidade ambiental.

Como mostram Melo e Oliveira (MELO; OLIVEIRA, 2000, p.17): “A exploração do trabalho, a fome, a xenofobia, a exclusão social e a degradação ambiental, são problemas recorrentes, motivados, dentro de um sistema cujas causas se misturam às conseqüências, pelo desordenamento econômico”.

Mais ainda, este processo tende a acentuar as diferenças e desigualdades sociais ao mesmo tempo que, ao longo da história, homogeneiza as diferenças e aproxima os espaços e lugares. O que em primeiro momento surge como uma contradição é explicado ao se fazer uma leitura dialética.

Convém ressaltar que o modo de produção socialista também não apresentou muita diferença quanto à relação sociedade/natureza. Como salientaram Silva e Rodríguez:

A realidade era que havia um estilo de desenvolvimento, dirigido a uma destruição colossal do ambiente natural e humano, bem como dos recursos ambientais dos territórios, dando lugar ao aparecimento de um grande número de problemas ambientais. Eles levaram o socialismo real a um desenvolvimento ambientalmente insustentável (SILVA; RODRÍGUEZ, 2001, p.12).

A diferença fundamental entre os modos de produção capitalista e socialista é que enquanto o primeiro valoriza o indivíduo, o individualismo, o segundo busca a valorização do coletivo, da coletividade. Entretanto, ambos prespõem a visão antropocentrista do mundo.

É preciso termos claro que o produto elaborado a partir de determinadas concepções políticas é apropriado de maneira diferente por seus vários atores sociais. Mas quando falamos em desenvolvimento devemos levar em consideração três elementos: as estruturas, os processos e as finalidades.

Desenvolvimento: Discutindo Modelos.

Rodríguez (2000) diz que existem duas concepções para trabalhar desenvolvimento: a de Modelo de Desenvolvimento, que tem a ver com os eixos, com os componentes que entram dentro da concepção de desenvolvimento, e a de Estilo de Desenvolvimento, que tem a ver com a orientação político/ideológica do Modelo de Desenvolvimento, ou seja, dependendo do estilo, cada modelo pode levar para um caminho diferente. Existem grandes modelos de desenvolvimento: a) Econômico, b) Socioeconômico, c) Humano, d) Ecodesenvolvimento; e) Desenvolvimento Sustentável.

O Modelo Econômico é uma concepção desenvolvimentista que pretendia irradiar este modelo para todos os países. Surgiu pós-Segunda Guerra Mundial. Era o modelo de desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tendo como dois de seus maiores defensores Raul Prebisch e Celso Furtado.

O Modelo Socioeconômico, fundamentalmente, tem a ver com a guerra fria e se caracterizava por uma disputa entre capitalismo e socialismo, e trabalha com dois conceitos principais: necessidades básicas e justiça social. Essas serão garantidas por meio da propriedade social (o Estado é o gerenciador dessa propriedade).

O Desenvolvimento Humano prega como premissa básica que não basta se buscar o ter, mas também analisar o ser, levar em consideração os aspectos culturais, a subjetividade. O planejamento neste modelo é participativo, ou seja, o planejamento não poderia ser somente do técnico. Tinha-se que entender a cultura, as necessidades da população. Esta concepção não é incorporada pelo Estado, está muito ligada às Organizações Não-Governamentais (ONGs), comunidades e lugares.

O Ecodesenvolvimento traz à tona a idéia de que os modelos de desenvolvimento Econômico e Socioeconômico consideram o meio ambiente como uma externalidade, se caracterizando por: capital fixo, externo, não tem limites, é inesgotável, é recurso, é homogêneo. Ademais, esses modelos pregavam o domínio da natureza.

Para Sachs (1986), o meio ambiente deveria ser a base ecológica do processo de desenvolvimento. O meio ambiente é fator estratégico do desenvolvimento. Esta concepção prega: o meio ambiente é capital não fixo, tem limites, é esgotável, não é só recurso, mas também: serviços, espaço, genética, cultura etc., heterogêneo, dialético. Sachs diz ainda ser preciso mudar o paradigma do desenvolvimento, pois corremos o risco de esgotamento dos recursos, dos serviços, de alteração ecológica generalizada, de colapso social.

Com o desenvolvimento tecnológico e as descobertas cada vez mais avançadas da ciência e do seu modo de intervir sobre a natureza, a sociedade se viu diante de um poder capaz de destruir o planeta. E foi no contexto pós-Segunda Guerra Mundial que se iniciou a discussão e construção do conceito de Sustentabilidade ligado à idéia de preservação do meio ambiente, do lugar.

A idéia de que os recursos naturais eram inesgotáveis começou a perder sua consistência, pois, com o fim dos recursos naturais, como os países desenvolvidos – detentores dos maiores avanços tecnológicos e maior exploração destes recursos – poderiam continuar seu desenvolvimento?

O Desenvolvimento Sustentável surge como tentativa por parte dos países ricos de dar continuidade ao processo de exploração. Paralelamente, ou até primeiramente, a esta concepção de Desenvolvimento Sustentável, ambientalistas trazem à tona o debate acerca da possibilidade de

destruição dos recursos naturais mediante o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade, baseado no individualismo e consumismo.

Como mostra Ramalho Filho:

A procura de um novo paradigma de desenvolvimento, contraposto ao modelo de crescimento econômico dos países centrais, vem-se tornando cada vez mais urgente, diante de um cenário agravado por um contexto mundial em rápida mutação, marcado pela integração desigual dos mercados, pela movimentação espetacular dos fluxos financeiros, pela produção e consumo desenfreados, pela pressão exponencial sobre o meio ambiente, pela uniformização de valores de atitudes, de comportamentos, de produtos, de estilos de vida. São fatos que revelam a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento socioeconômico capitalista, então prevalecente, sobretudo diante da insuportável desigualdade e exclusão da maioria (RAMALHO FILHO, 2000, p.10, in: SACHS, 2000).

É certo afirmar que estes avanços tecnológicos trouxeram benefícios para a sociedade, porquanto, como salientam Melo e Oliveira:

Não é possível negar que o avanço da ciência e da técnica proporcionou ao homem o poder de transformar uma natureza que lhe apresentava hostil, em um meio capaz de suprir suas principais necessidades, capaz ainda de lhe tornar possível um grande conforto – se este não é irradiado a todos faz parte de uma outra discussão, que também interessa a algumas correntes do movimento ecológico (MELO; OLIVEIRA, 2000, p.17-18).

A questão fundamental é: Como alcançar um processo de desenvolvimento que propicie a toda sociedade condições dignas de vida? Será que devemos buscar o mesmo padrão de vida dos países desenvolvidos e irradiá-lo para os países mais pobres?

O conceito de Desenvolvimento Sustentável passa pelo de Sustentabilidade e a idéia central de Desenvolvimento Sustentável é a aceitação de três princípios fundamentais: Socialmente Justo – procurar diminuir as desigualdades sociais –, Economicamente Viável – econômico do ponto de vista de contribuir para melhor distribuição de renda – e Ecologicamente Correto – viabilizar a preservação e conservação da natureza.

O crescimento econômico tem de se adequar na busca da sustentabilidade ambiental, da mesma forma que a equidade social deve ser fruto de uma adaptação por parte da sociedade na busca desta sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade tem a ver com o conceito de sistema.¹ O sistema possui cinco atributos: 1. Estrutura; 2. Função; 3. Dinâmica; 4. Evolução; 5. Regulação.² A conjunção dessas propriedades leva ao processo de sustentabilidade do sistema. Ademais, o conceito de sustentabilidade é objetivo: a sustentabilidade é uma propriedade intrínseca ao sistema.

Pensar em sustentabilidade é repensar o modelo de desenvolvimento e o padrão de consumo dos países desenvolvidos. Estes países, no entanto, não estão dispostos a diminuir o consumo em detrimento dos países do Terceiro Mundo. Trabalhar com Desenvolvimento Sustentável não levando em consideração tais questões parece difícil.

Em 1972, Dennis L. Meadows publicou um estudo denominado *Limites do crescimento*, cujas premissas alicerçadoras são:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser

planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito (MEADOWS, 1973, p.20).

É preciso analisar criticamente esta proposta para evitar a alienação pelo discurso dos adeptos deste pensamento, como Meadows, por exemplo, que imputa à sociedade a responsabilidade pelos problemas ambientais existentes em nosso planeta.

No entanto, supomos, é o modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos e a tentativa de sobrevivência das populações miseráveis (miséria como fruto da exploração) que vêm causando tais problemas.

Braga também afirma ser preciso repensar o atual modelo de desenvolvimento, para o que chamamos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo ele, esta concepção de desenvolvimento deve estar pautada nas seguintes premissas:

a) dependência do suprimento externo contínuo de energia (Sol); b) uso racional da energia e da matéria com ênfase à conservação, em contraposição ao desperdício; c) promoção da reciclagem e do reuso dos materiais; d) controle da poluição, gerando menos resíduos para serem absorvidos pelo ambiente e e) controle do crescimento populacional em níveis, com perspectivas de estabilização da população (BRAGA, 2002, p.48).

Para Braga, um elemento importante que diferencia este novo modelo do anterior, é a reciclagem e o reuso dos recursos somados à recuperação do meio ambiente.

É imprescindível discutir o assunto sob este prisma para não correr o risco da destruição. É preciso repensar as políticas de desenvolvimento e o modo de vida. Tal discussão deve ser iniciada em nível local. Silva e Rodríguez ressaltam:

A própria idéia de Desenvolvimento Sustentável implica uma maior ênfase no nível local, no lugar e na participação das comunidades, das populações e grupos sociais no processo de desenvolvimento. O mesmo conceito de Desenvolvimento Local é inerente à concepção de Desenvolvimento Sustentável (SILVA; RODRÍGUEZ, 2001, p.14).

Considerações finais: o lugar como base

A idéia de Desenvolvimento Local passa pelo processo do uso dos potenciais endógenos das comunidades a partir dos quais pode-se construir e gerir dialeticamente o desenvolvimento, que tenha como base fundamental a participação democrática dos membros da comunidade e a busca pela melhoria de vida dessas pessoas, respeitando o meio ambiente.

Em reforço a esta idéia, Capra afirma: “... é o grande desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis – isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras” (CAPRA, 1996, p.24).

A participação popular neste processo deve ser vista como fundamental para o planejamento e gestão das políticas públicas, que passam diretamente pelos interesses das comunidades e, portanto, devem contar com o maior número de pessoas possíveis nesta etapa de decisão. Silva e Rodríguez (2001) comentam que participação deve vir complementada com: Autonomia, Equidade e Igualdade, Identidade Sociocultural e Compatibilidade Ambiental.

Na realização da gestão, o lugar apresenta-se como grande receptor e objeto de percepção das ações e políticas do homem. É no lugar que percebemos realmente que tipo de gestão está ocorrendo, se

ele visa os interesses da maioria ou consolida apenas a exploração desta maioria em favorecimento da minoria. O conceito de lugar requer participação.

Esta idéia está posta na discussão sobre Desenvolvimento Sustentável em que este “satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”,³ portanto devemos levar em consideração o lugar. Por mais que o modo de pensar e construir as políticas de sustentabilidade seja global, suas ações se concretizam no lugar. Construir o conceito de sustentabilidade desprovido da idéia de lugar é praticamente inviável.

O lugar é o local do cotidiano, do banal, é onde construímos nossa história, identidade e vida. “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante-identidade-lugar*”(CARLOS, 1996, p.20).

Mais do que discutir a noção de lugar precisamos buscar seu entendimento e definição, como enfatiza Carlos (1996, p.19): “Nas ciências humanas e na geografia, em particular, o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje, de forma mais acelerada do que em outros momentos da história”.

Ainda segundo Carlos (Idem ibidem, p.20): “As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”.

E Carlos continua:

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua... (Idem ibidem, p.20).

Nesta visão o lugar é um fragmento de um todo, a partir do qual se pode compreender o indivíduo, suas ações e transformações. O lugar é único. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. O lugar é o local onde ocorrem as grandes transformações.

O lugar é vida, sentidos e sentimentos. É nele que se concretizam as relações humanas/sociais. O lugar carrega sentido de identidade e de poder, e é pelo desenvolvimento do poder que o lugar se torna território apropriado pela comunidade. O lugar é o fundamento; sem ele não existiria a sociedade. Portanto, fica cada vez mais evidente a idéia de que a discussão sobre Gestão e Desenvolvimento Sustentável passa pelo lugar.

Por isto, conforme Silva e Rodríguez:

O lugar é o suporte espacial e territorial do processo de Desenvolvimento Local. Trata-se da necessidade de construir uma configuração espacial do lugar, como base para que a sociedade se organize para viver e produzir. Portanto, para construir um processo de desenvolvimento local sustentável, é preciso centrar esforços no melhoramento do lugar como suporte espacial da comunidade que se pretende fazer sustentável (SILVA; RODRÍGUEZ, 2001, p.21).

É esta maneira de apropriação e intervenção da sociedade no lugar que faz com que ele se torne espaço. Espaço da contradição, da afirmação, da negação, ou seja, dialeticamente construído.

Notas

(1) Para maior aprofundamento sobre o assunto ver: Capra (1982 e 1996) e Bertalanffy (1968).

(3) World Commission on Environment and Development, 1987.

(2) Milton Santos, em seu livro **Metamorfose do espaço habitado**, quando discute as mudanças da paisagem, destaca dois elementos como sendo de importância fundamental: O estrutural e o funcional. Segundo este autor, as mudanças na paisagem podem ser de ordem estrutural e funcional.

Bibliografia

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. Recife/São Paulo: Ipespe/Hucitec, 1995.
- BERTANLANFFY, Ludwig Von. **General system theory**. New York: Braziller, 1968.
- BRAGA, Benedito. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- _____. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARLOS, Ana Fani Alexandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARX, Karl. **O capital – Volume I (livro primeiro): O processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEADOWS, D. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. Trad. de Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MELO, Francisco Carlos Carvalho de; OLIVEIRA, Maurício de. **Desenvolvimento sustentável: origens e noções conceituais**. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2000.
- RODRÍGUEZ, José M. Mateo. **Planificación y gestión ambiental**. (Mimeo.) . Havana: 2000.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento e direitos humanos**. Maceió: PRODEMA, 2000.
- _____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVA, Edson Vicente; RODRÍGUEZ, José M. Mateo. **Desenvolvimento local sustentável**. (Mimeo.). Fortaleza, 2001.
- VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997.

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004